



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 01749/12

Objeto: Prestação de Contas de Gestor de Convênio

Responsáveis: Cléa Cordeiro Rodrigues. Ivonaldo Ferreira Guedes. Ruth Avelino Cavalcanti.

Valor: R\$ 99.100,00

Relator: Auditor Oscar Mamede Santiago Melo

EMENTA: PODER EXECUTIVO ESTADUAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – PRESTAÇÃO DE CONTAS – GESTOR DE CONVÊNIO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93 – Assinação de prazo.

RESOLUÇÃO RC2 – TC – 00394/12

A 2ª CÂMARA DELIBERATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo TC nº 01749/12, RESOLVE, à unanimidade de seus membros, em sessão realizada nesta data:

Art. 1º) Assinar o prazo de 30 (trinta) dias a atual Presidente da PBTUR para encaminhar a esta Corte de Contas o resultado da ação ordinária de cobrança, interposto pela PBTUR contra a Associação das Quadrilhas Tradicionais Matutas da Paraíba, ou informar sobre a tramitação da referida ação, inclusive com a anexação de documentação pertinente;

Art. 2º) Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 23 de outubro de 2012

CONS. ARNÓBIO ALVES VIANA
PRESIDENTE

CONS. ANDRÉ CARLO TORRES PONTES

CONS. SUBST. ANTONIO CLÁUDIO SILVA SANTOS

AUDITOR OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO
RELATOR

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 01749/12

RELATÓRIO

AUDITOR OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): O Processo TC 01749/12 trata da prestação de contas do Convênio n.º 045/2006, celebrado em 06 de junho de 2006, entre a Empresa Paraibana de Turismo S/A – PBTUR e a Associação das Quadrilhas Tracionais Matutas da Paraíba, cujo objeto era repassar recursos financeiros visando apoiar as apresentações das quadrilhas juninas na cidade de Campina Grande/PB.

A Auditoria, com base nos documentos encartados aos autos emitiu relatório, fls. 200/202, constatando que não houve a prestação de contas de parte do presente convênio, ou seja, R\$ 40.000,00, e que não fora tomada nenhuma medida jurídica, objetivando a devolução dos recursos.

Notificados o Sr. Ivonaldo Ferreira Guedes, gestor da Associação das Quadrilhas Tracionais Matutas da Paraíba, a ex-Presidente da PBTUR, Srª Cléa Cordeiro Rodrigues e a atual Presidente, Srª Ruth Avelino Cavalcanti, veio aos autos apresentar esclarecimentos a Srª Ruth Avelino Cavalcanti, conforme fls. 210/218. Já a senhora Cléa Cordeiro Rodrigues solicitou prorrogação do prazo, a qual foi concedida, mas, deixou escoá-lo sem qualquer manifestação e/ou esclarecimento. Em tempo, o Sr. Ivonaldo Ferreira Guedes também não apresentou sua defesa.

A Auditoria, ao analisar os documentos inseridos nos autos, constatou que a atual Presidente da PBTUR intentou ação ordinária de cobrança, solicitando a restituição dos valores referente ao convênio de nº 045/2006 e, se posicionou pela responsabilização do Presidente da Associação das Quadrilhas Tracionais Matutas da Paraíba, Sr. Ivonaldo Ferreira Guedes e da Ex-Presidente da PB-TUR, Srª Cléa Cordeiro Rodrigues, pela não prestação de contas do convênio em tela, bem como, por não ter tomado as devidas medidas administrativas/jurídicas para restituição dos valores não comprovados do convênio ora analisado.

Antes do pronunciamento do Ministério Público, veio aos autos apresentar defesa a Srª Cléa Cordeiro Rodrigues, a qual foi analisada pela Auditoria que não alterou seu posicionamento inicial.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ao se manifestar acerca da matéria, fls. 231/233, opinou pela aplicação de multa regimental ao Sr. Ivonaldo Ferreira Guedes, Presidente da Associação das Quadrilhas Tradicionais Matutas da Paraíba e a ex-Presidente da PBTUR, Srª Cléa Cordeiro Rodrigues, em razão da ausência da prestação de contas do convênio nº 045/2006, isentando a Srª Ruth Avelino Cavalcanti pela falta da referida prestação de contas, tendo em vista que a mesma tomou as devidas providências para restituição dos valores referentes ao convênio em apreço.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 01749/12

PROPOSTA DE DECISÃO

AUDITOR OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): Conforme se depreende dos autos, a Sr^a Ruth Avelino Cavalcanti, atual Presidente da PBTUR tomou as medidas necessárias para a restituição dos valores empregados no objeto do referido convênio. Nesse sentido, proponho que a 2ª CÂMARA do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, assine o prazo de 30 (trinta) dias a atual Presidente da PBTUR para encaminhar a esta Corte de Contas o resultado da ação ordinária de cobrança, interposto pela PBTUR contra a Associação das Quadrilhas Tradicionais Matutas da Paraíba, ou informar sobre a tramitação da referida ação, inclusive com a anexação de documentação pertinente.

É a proposta.

João Pessoa, 23 de outubro de 2012

Auditor Oscar Mamede Santiago Melo
Relator